

Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren*

Social movements and social networks:
a study from Ilse Scherer-Warren's thought

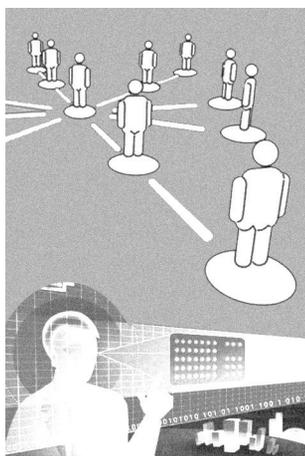
*Maria Lúcia Carvalho da Silva (Coord.)***

*Cristina de Mello Gomide****

*Mariangela Belfiore Wanderley *****

*Rosângela Dias Oliveira da Paz******

*Tânia Maria Ramos de Godói Diniz******



Resumo: Este artigo é uma reflexão coletiva do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (Nemos) do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a partir dos conceitos de Scherer-Warren sobre Redes e Movimentos Sociais. As reflexões apontam para uma agenda de pesquisa que repense as novas configurações dos movimentos sociais no século XXI, suas relações com o Estado e partidos políticos e suas articulações políticas e diversidade de composição.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Redes. Sociedade Civil. Democracia.

* Integraram o Nemos no primeiro semestre de 2011 e contribuíram com este artigo: Cristina de Mello Gomide, Francisca Genilce Gomes Juliene Aglio de Oliveira, Maria Barbosa da Silva, Patrícia Shimabukuro; Renato Tadeu Veroneze, Tânia da Costa e Viviane Groppo N. Cerqueira.

** Doutora em Serviço Social e professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, Brasil. *E-mail:* ssocial@puccsp.br.

*** Administradora e Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, Brasil. *E-mail:* crisbras@uol.com.br.

**** Doutora em Serviço Social e professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, Brasil. *E-mail:* mariwan@puccsp.br.

***** Doutora em Serviço Social e professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, Brasil. *E-mail:* rosapaz@uol.com.br.

***** Doutora em Serviço Social e professora do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista/SP, Brasil. *E-mail:* tgdiniz@uol.com.br.

Abstract: This article is a collective study based on Scherer-Warren's concepts of networks and social movements. It is the result of a research done by the Group of Study and Research on Social Movements (Nemos) of the Social Services Postgraduation Program of Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. The study point to a research agenda to rethink the new configurations of XXI century's social movements, their connections to the State and political parties, their political articulation and their diverse background.

Keywords: Social Movements. Networks. Civic Society. Democracy.

Introdução

O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (Nemos) do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo foi criado em 1987,¹ com a proposta de estimular o estudo e a pesquisa, o debate interdisciplinar e a produção acadêmica na temática dos movimentos sociais.

O Nemos, na atualidade, vem se dedicando aos estudos das novas configurações dos movimentos sociais e dos referenciais teóricos que sustentam as narrativas e análises contemporâneas, utilizando-se de categorias como democracia, participação e controle social, sociedade civil, Estado e políticas públicas, projetos políticos, globalização, cultura política, sujeitos políticos, autonomia, a partir de diálogos com diversos autores das ciências sociais e, particularmente, do Serviço Social.

A partir da década de 1990,² o Nemos, ao privilegiar os estudos sobre associativismo civil, participação e redes sociais, aproximou-se de Ilse Scherer-Warren por intermédio do seminário “Associativismo civil: conexões locais e globais” (1995), de suas publicações sobre redes sociais, bem como de eventos do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS) da Universidade Federal

1. Na sua criação, o Nemos estava sob a coordenação dos professores dra. Nobuco Kameyama, dra. Maria Lúcia Carvalho da Silva e dr. Sandoval Meireles. Na atualidade, a coordenação está sob a responsabilidade das professoras dra. Maria Lúcia Carvalho da Silva, dra. Mariangela Belfiore Wanderley e dra. Rosângela Dias Oliveira da Paz.

2. O Nemos está credenciado no Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa do CNPq e compõe a linha de pesquisa “Política social: Estado, movimentos sociais e associativismo civil”, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP.

de Santa Catarina, por ela criado em 1983. Desde então, Ilse Scherer-Warren passou a ser uma referência sempre presente e inspiradora para o Nemos.

Em maio de 2011, Ilse Scherer-Warren retorna ao Nemos realizando a atividade programada, “Teorias para o estudo dos movimentos sociais latino-americanos”, rurais e urbanos, na contemporaneidade, enfatizando as categorias identidade, organização, mobilização e ação coletiva e política.

Um olhar sobre a trajetória de Ilse Scherer-Warren revela um longo e muito fértil caminho percorrido na sociologia rural e urbana desde 1968 em Porto Alegre, passando por Londres, Rio de Janeiro, Brasília e Florianópolis, sempre na especialidade de movimentos sociais.

Cabe ressaltar que seu doutorado na Universidade de Paris, em 1973, sob a orientação de Alain Touraine, versou sobre “O sindicato e a mudança da sociedade agrária do Rio Grande do Sul”, enraizando definitivamente seu interesse investigativo no contexto da temática dos movimentos sociais. Neste sentido, a influência teórica de Alain Touraine em sua formação acadêmica foi um marco significativo em suas concepções e análises de movimentos sociais.

No cerne de seu pensamento teórico, pode-se reconhecer de Alain Touraine o conceito de movimentos sociais como sujeitos coletivos e políticos que lutam por transformações sociais, pela construção de novos projetos societários, democráticos e participativos, que tem por fundamentos as categorias de classes sociais, relações de gênero, raça, etnia e geração.

Além de Touraine, Ilse Scherer-Warren faz, também, interlocução teórica com Alberto Melucci e Manoel Castells, a partir dos quais trabalha, respectivamente, os conceitos de identidade coletiva e política dos movimentos sociais e a formação das redes sociais.

Ainda de Touraine, Ilse Scherer-Warren guarda a influência sobre o estudo dos movimentos sociais na América Latina, região também foco de investigação daquele autor. Assim, são publicações mais recentes de Ilse Scherer-Warren, “Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?” (2008), “Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina” (2010) e “Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais” (2011).

Na primeira década do século XXI, a autora tem se voltado para o estudo das questões da pobreza, exclusão, desigualdade social, recolocando-as no debate dos movimentos sociais, fóruns, ONGs e redes da sociedade civil, bem

como tem participado nos Fóruns Sociais Mundiais para o estudo das questões da globalização, dos espaços virtuais, da cidadania, da diversidade cultural, entre outras.

Nesse sentido, Ilse dialoga com outros autores contemporâneos, como Boaventura de Sousa Santos, principalmente sobre novos movimentos sociais na proposição da globalização anti-hegemônica; Stuart Hall sobre diáspora, identidades e mediações culturais; Chantal Mouffe sobre a questão da democracia; Francesco Alberoni sobre a questão do Estado, entre outros.

No Brasil, mantém um diálogo permanente com Ana Clara Torres, Maria da Glória Gohn, Ana Maria Doimo, Luciana Tatagiba, Evelina Dagnino, Angela Paiva, Ligia Helena H. Luchman, Adrian Lavalle, Sérgio Costa, Leonardo Avritzer, Eduardo Marques, entre outros pesquisadores e estudiosos, especialmente em espaços como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), Congressos Brasileiros de Sociologia, Associação Latino-Americana de Sociologia, eventos internacionais, universidades brasileira e estrangeiras.

Contudo, nessa primeira década dos anos 2000, vale destacar que foi crescente a produção bibliográfica de Ilse Scherer-Warren sobre o tema das redes sociais, notadamente sobre redes de movimentos sociais, redes sociais e de movimentos na sociedade de informação, redes de movimentos sociais no mundo multicultural, redes e sociedade civil global e tantos outros.

Este artigo coletivo do Nemos tem por objetivo registrar e significar as reflexões que a ampla, aberta e atualizada contribuição de Ilse Scherer-Warren nos propiciou e partilhá-las com todos os que se dedicam ao estudo dos movimentos sociais, que para de Touraine são o coração e o pulsar da sociedade civil.

1. A perspectiva de estudo dos movimentos sociais enquanto redes de movimentos: contribuições de Ilse Scherer-Warren

Para compreensão da natureza e sentido das lutas dos movimentos sociais (MS) na realidade das sociedades globalizadas, informatizadas e multiculturais da atualidade, a temática das redes apresenta-se como relevante.

Incorporada pelas ciências sociais desde a década de 1940, a interpretação e a utilização dada à noção de rede tem sido polissêmica. As mais diferentes

áreas do conhecimento vêm se apropriando do termo para designar uma forma de organização, relação ou prática social. Na geografia aparece referindo-se às redes técnicas e redes de produção; na administração, para exprimir as redes empresariais; e, na economia, para especificar as redes de consumo. A antropologia utiliza o conceito para falar de redes de vizinhança, parentesco, e a sociologia usa a ideia de redes como articulação política, ideológica e simbólica. Transitando por diferentes campos, as abordagens sobre as redes se tornam cada vez mais multidisciplinares.

Scherer-Warren recorre ao uso das redes para retratar a sociedade civil a partir de uma integração de diversidades. Para ela,

a sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade, para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas. (2006, p. 110)

Esses níveis, presentes na sociedade brasileira, são assim explicitados:

- No primeiro nível identifica-se o associativismo local, representado pelas associações civis/comunitárias, movimentos comunitários (movimentos populares) e sujeitos locais, envolvidos com causa sociais. Inserem-se aqui as ONGs, o terceiro setor, núcleos ou acampamentos/assentamentos dos sem-teto, sem-terra. Essas organizações locais também vêm buscando participar de redes nacionais e transnacionais de movimentos (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Movimento dos Catadores de Lixo, Movimento Indígena, Movimento Negro etc.) ou por meio de articulações interorganizacionais, como os fóruns da sociedade civil.
- No segundo nível estão as formas de organização interorganizacionais que incluem os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes de redes. Tais organizações, representativas de organizações e movimentos do associativismo local, articulam-se entre si fazendo uso da internet e buscam o empoderamento da sociedade civil.
- No terceiro nível estão as marchas e as mobilizações no espaço público, resultantes das articulações de movimentos sociais organizados, das ONGs, dos fóruns, das redes de redes, porém buscam transcendê-los com manifestações na esfera pública, com a participação de simpati-

zantes, tendo como propósito produzir visibilidade por intermédio da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes e para a sociedade em geral. Alguns exemplos dessa forma de organização são A Marcha Nacional Pela Reforma Agrária, O Grito dos Excluídos, A Parada do Orgulho Gay, a Macha Mundial de Mulheres (Scherer-Warren, 2006, p. 111).

Para a autora, esses níveis por vezes expressam interesses mais restritos ou específicos, mais articulados ou localizados; outras vezes referem-se a articulações de constelações mais amplas, mais universais ou mais globalizadas

Scherer-Warren (1999, p. 23) observa que a noção de rede vem sendo muito utilizada pelos movimentos sociais, como conceito propositivo, para referir-se a uma estratégia de ação coletiva, baseada numa cultura solidarística, cooperativa, horizontalizada e mais democrática, para uma nova forma de organização da sociedade.

Para apreensão do conceito propositivo de redes, a autora recorre aos enfoques antropológicos e sociológicos atribuídos às redes (1999, p. 24). No enfoque antropológico, em Barnes (1987), a noção de rede descreve a forma de relação entre indivíduos, decorrente das conexões preexistentes no cotidiano, como vizinhança, parentesco, amizade, trabalho, classe, dentre outras, tipificando-as pela intensidade em elos fracos ou fortes. Em Radcliffe-Brown (1952), Nadel (1957) a noção de rede se presta à explicação da estrutura social como uma rede definida pelo conjunto de relacionamentos sociais existentes, organizados em rede. Para Scherer-Warren (1999, p. 25), nos dois enfoques, as redes sociais estão relacionadas com o tecido social, seja caracterizando o sistema social, seja como decorrente de relações preexistentes.

Para a autora, a tradição antropológica tem sido empregada nos estudos dos movimentos sociais, destacando que Doimo (1993), partindo de Barnes, estuda as redes movimentalistas ou redes de organizações não governamentais, definindo a existência de um campo ético-político movimentalista, no qual atores coletivos com identidades diversas se articulam formando redes religiosas e de esquerda, a partir de relações interpessoais preexistentes” (Scherer-Warren, 1999, p. 25; 2007, p. 30).

Em relação à abordagem sociológica, Scherer-Warren cita duas perspectivas de análise: a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) e a Teoria dos

Novos Movimentos Sociais (TNMS). A TMR analisou como os recursos, atores coletivos, foram mobilizados para a formação das redes, ou seja, como as relações interpessoais (parentesco, vizinhança, amizade) servem de base para a formação das redes. Na TNMS, a noção de redes é utilizada para caracterizar as articulações políticas, ideológicas ou simbólicas entre atores coletivos. Nessa perspectiva, a autora cita Mellucci (1989), destacando que ele,

introduz a ideia de rede como uma área de movimento, formada por pequenos grupos e indivíduos que compartilham uma identidade coletiva, uma cultura de movimento, comportam mensagens simbólicas que desafiam os padrões dominantes, propondo inovações culturais. (Scherer-Warren, 1999, p. 26)

Integrando as formulações da TMR e da TNMS, Scherer-Warren se propõe a analisar os movimentos sociais em termos de redes, buscando “as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo” (1999, p. 27). Para a autora, é necessário compreender os MS inseridos no contexto do século XXI, no qual “surge um número cada vez maior de movimentos de caráter transnacional, como os direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros” (1999, p. 27).

Segundo Scherer-Warren, esses movimentos emergentes são a síntese articulatória de vários submovimentos identitários (2007, p. 45), que se conectam por meio de redes e são o resultado de todo um processo articulatório, entre os vários níveis, de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade.

Assim, a partir de todo esse processo, vai se configurando o que a autora denomina de rede de movimento social, para referir-se à articulação entre vários sujeitos ou organizações.

Na visão da autora (2006, p. 113), a ideia de rede

pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Em outras palavras, movimento social, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das interações das múltiplas articulações acima mencionadas, significando [...] um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movi-

mento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos. (2006, p. 113)

As diferentes formas de associativismo percebem cada vez mais a necessidade de articular-se com outros grupos de mesma identidade social ou política, como forma de ganharem visibilidade na esfera pública.

Por serem multiformes, as redes possibilitam que sujeitos sociais diversificados se articulem na luta contra a exclusão social, em diferentes dimensões, como gênero, etnia, pobreza etc. Grupos historicamente subalternizados da América Latina (índios e negros herdeiros do escravismo colonial; os sem-terra, sem-teto, sem-trabalho, sem-educação) veem nas articulações em rede uma forma de transitar de uma condição de absoluta marginalização e discriminação, a que foram submetidos nos processos de colonização, para uma situação onde passam a ter seus “direitos originários” legitimados (Scherer-Warren, 2011, p. 27).

Isso ocorre porque as redes aproximam e criam espaços interorganizacionais de trocas materiais e simbólicas, de comunicação e debate entre as bases das ações coletivas, os agentes políticos mediadores e outras redes interorganizacionais diversas.

O Movimento Neozapatista de Chiapas é um exemplo significativo de como, por meio da ação em rede, com a utilização da internet, foi possível a construção de relações interculturais de reconhecimento, respeito e solidariedade, que, articuladas em escala mundial, construíram uma plataforma de luta contra a globalização hegemônica.

Da mesma forma, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é um exemplo emblemático que, para além de sua luta contra a discriminação das mulheres, associou-se no combate à pobreza com demandas por terra, trabalho, direitos e combate à injustiça, contemplando a violência em todas as esferas da vida social, inclusive lutando pelo cancelamento da dívida externa, visto como forma de exploração injusta. A MMM, movimento que se constituiu sob os princípios dos movimentos “alterglobalização”, é uma rede interorganizacional, que nas manifestações na praça pública se amplia com a presença de muitos participantes, como na edição da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, de 8/2/2005, que contou com a participação de 30 mil mulheres de dezesseis Estados brasileiros, além de representantes de outros países. Na medida em que a carta circulava por diversos países, chegando até mesmo a Burkina Faso, na

África, foi integrando demandas feministas por moradia, pela reforma agrária, pela paz, contra o racismo etc. (Scherer-Warren, 2006, p. 116, 117)

Outras oportunidades políticas para articulações se encontram no Fórum Social Mundial (FSM), que, como espaço de articulação, tem servido de exemplo para criação de outros fóruns, espaços privilegiados para o debate de temas transversais.

Com esses exemplos a autora busca demonstrar que as articulações em rede têm propiciado a formação de outro tipo de ativismo, diferente da militância “revolucionária” das décadas anteriores, que se fundamenta nos valores da democracia, da solidariedade e da cooperação e vem protagonizando ações para os excluídos, discriminados, carentes e dominados (Scherer-Warren, 2006, p. 120).

Nos movimentos sociais em forma de rede, pressupõe-se a conformação de relações mais horizontalizadas. Entretanto, as redes, como qualquer relação social, estão permeadas por relações de conflito, de poder, mas também por solidariedade, reciprocidade e compartilhamento. Assim, o que interessa é como se processa o equilíbrio entre as diferentes tendências, como se regulam as tensões, como interagem solidariedade e conflito, como superar a fragmentação dos movimentos sociais e como desenvolver práticas que levem à equação das diferenças.

Nesse aspecto, Scherer-Warren (2008, p. 507), citando Santos (2004, p. 508), fala do trabalho de tradução que explicita que o potencial antissistêmico ou contra-hegemônico de qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação política com outros movimentos, com as suas formas de organização e objetivos. Para que esta articulação seja possível é necessário que os movimentos sejam reciprocamente inteligíveis e esta inteligibilidade pode ser conseguida por meio do *trabalho de tradução*, que “visa esclarecer o que une e o que separa os diferentes movimentos e as diferentes práticas, de modo a determinar as possibilidades e os limites da articulação ou agregação entre eles” (2008, p. 507).

É com esse processo que se torna possível a construção de pautas para políticas emancipatórias, as quais integram as várias especificidades dos indivíduos em redes abrangentes, permitindo a transformação dos indivíduos participantes em sujeitos de direitos, conforme afirma Scherer-Warren (2008, p. 508), citando Touraine (1994b):

Uma sociedade democrática é uma sociedade que reconhece o outro, não na sua diferença, mas como sujeito, quer dizer, de modo a unir o universal e o particular [...], uma vez que o sujeito é ao mesmo tempo universalista e comunitário, e ser sujeito é estabelecer um elo entre esses dois universos, ensaiar viver o corpo e o espírito, emoção e razão.

Foi com essa lógica que a Via Campesina tornou-se um elo importante na rede de movimentos sociais rurais em vários continentes, na contramão do agronegócio (Scherer-Warren, 2008, p. 508, 509):

A campanha das sementes é um exemplo emblemático sobre produção e qualidade de vida, mobilizando os movimentos como o MST, o das mulheres e dos jovens, traduzindo suas questões específicas para novos significados — um mundo mais igualitário, mais saudável e mais justo.

Outra dimensão das redes que traz implicações em sua democratização e fortalecimento internos está referida a seus níveis constitutivos. A partir de Cohen (2003), a autora (2008, p. 511) especifica esses níveis em i) *organizativo*, referindo-se às diferenças entre uma organização em rede horizontalizada e uma organização hierárquica; ii) *narrativo/doutrinal*, no sentido da construção de uma identidade comum, a partir da articulação desses dois níveis (narrativo, doutrinário), com práticas discursivas atuais, que aproximem a memória da exclusão e da discriminação com o seu legado no presente, fruto deste processo histórico; iii) *tecnológico*, dialogando com as novas tecnologias, especialmente a internet e as rádios comunitárias, enquanto elementos facilitadores na difusão das narrativas e ideários em construção pelos sujeitos; e iv) *social*, referindo-se, em particular, aos encontros presenciais (reuniões, assembleias, seminários etc.). Pode-se dizer, assim, que as formas virtual e presencial de comunicação se complementam e permitem às redes de movimentos desenvolver seus processos mobilizatórios, de forma articulada, com visibilidade e impacto midiático para além do espaço local.

2. Apontamentos para uma agenda de pesquisa

A autora, ao partilhar de ideias de autores que expressam concepções de mundo em correntes teóricas diversas em suas análises sobre os movimentos

sociais, afirma o debate no campo do pluralismo, que não pode ser “sinônimo de ecletismo. É sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao nos advertir para os nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento da nossa posição e, de modo geral, da ciência” (Coutinho, 1991, p. 14).

Nessa direção pode-se afirmar que, ao problematizar o alcance temático dos referenciais teóricos da modernidade, a autora assume uma intencionalidade de ampliar o horizonte da leitura analítica sobre os movimentos sociais, a partir do pensamento liberal, mais singularmente, na defesa dos direitos das minorias. Na sua trajetória, parte do legado marxista, dialoga com as teorias culturalistas e identitárias e aproxima-se das reflexões que alimentam os debates da pós-modernidade. A autora se desafia a redirecionar a perspectiva civilizatória eurocêntrica para repensar os movimentos sociais na história recente da América Latina. E na sua construção teórico-metodológica das redes de movimentos sociais, nessa perspectiva teórica e política, é possível ressaltar a identidade plural dos movimentos sociais e suas demandas de novos direitos (lutas contra o racismo, o sexismo, a misoginia, a xenofobia, a homofobia, o colonialismo, o escravismo e o trabalho forçado). Esse debate de ideias nos estudos dos movimentos sociais é fundamental. Todavia, há que se cuidar para não se “conciliar pontos de vista inconciliáveis” (Coutinho, 1991, p. 13).

Nos estudos desenvolvidos a partir de base empírica, coloca-se como objetivo identificar e dialogar com as teorias sobre os movimentos sociais no contexto latino-americano. Pode-se dizer que se trata de um movimento de fotografar a realidade da organização social para apreender a complexidade das ações coletivas. No desafio de refletir sobre os movimentos sociais, a autora busca as referências analíticas nos estudos da identidade cultural, social e política em torno das relações sociais que são constituídas (que aparecem nas reflexões que faz sobre os conflitos sociais e culturais — como elemento básico da visão pluralista — e sobre o que denomina de projeto ou utopia de transformação social). É nessa perspectiva, portanto, que a autora amplia as reflexões para outras categorias de análise como gênero e raça, privilegiando os estudos multiculturalistas e problematizando a categoria classe social, no entendimento que análises em bases classistas não mais respondem a emergência dos novos movimentos sociais, principalmente diante de um mundo globalizado. Assim, transita da perspectiva dos movimentos sociais como forças políticas em Tournaine, para a defesa de que diferentes estruturas sociais geram diferentes movi-

mentos sociais, na perspectiva da ruptura sistêmica de Mellucci, buscando apreender a potência da organização e ação dos movimentos sociais ou, em outras palavras, como os movimentos sociais podem contribuir para a mudança social, situando o debate na tensão entre participação e pressão, entre ativismo e militância.

Os estudos sobre as redes sociais como estratégia de ação coletiva vêm responder o desafio de pensar a articulação dessa diversidade, no seu papel de “ressignificação dos processos de colonização na América Latina e para a criação de significados em comum para a superação dos legados históricos opressores” (Scherer-Warren, 2009, p. 24). São consequências das influências teóricas escolhidas, tanto na elaboração do conceito teórico-metodológico quanto na compreensão da relação ou prática social das redes como estratégia de ação coletiva e dos novos movimentos sociais como sujeito coletivo.

É, portanto, no contexto do debate sobre as formas de organização e expressão dos movimentos sociais, particularizadas nas redes sociais como estratégia de ação coletiva, que se coloca a proposta de uma agenda de pesquisa.

Uma agenda de pesquisa que deverá se concretizar como um exercício político, para além de um exercício acadêmico, porque o que se propõe é refletir sobre as estratégias de mobilização, reivindicações e pressões sociais por conquistas dos direitos e iniciativas de resistência dos movimentos sociais.

As mudanças ocorridas nas últimas décadas no modo de ser da classe trabalhadora incidiram diretamente na dimensão política da sua consciência de classe. Os fundamentos teóricos e analíticos dessa afirmativa evidenciam a importância de se apreender as determinações da crise estrutural do capitalismo, que, por um lado, revela os limites do capital e, por outro, vale-se de discursos conservadores e de mecanismos de cooptação e domesticação para promover a limitação também da liberdade e da autonomia dos movimentos sociais, alimentando a fragmentação das lutas sociais.

A ameaça à democracia não vem da falta de institucionalização das formas de organização, tampouco da ausência de mecanismos de disputas e de conquistas dos direitos. Ao contrário, a participação social é fomentada na realidade brasileira, os espaços de controle social da sociedade sobre o Estado são valorizados a partir da Constituição Federal de 1988, e estratégias políticas são adotadas para definir prioridades, fiscalizar as ações, monitorar a aplicação dos recursos e avaliar as condições de implementação das políticas sociais.

São outros os obstáculos à democracia. Decorrem do contexto de mudanças estruturais no capitalismo e da conseqüente despolitização e fragmentação das lutas. Sob esses pressupostos se retoma o debate da democracia, considerando a articulação necessária entre as esferas econômica e política e a relação entre Estado e partidos políticos, identificando-as como um conjunto de relações sociais definidas a partir de suas determinações concretas, na construção de outra sociabilidade, onde o protagonismo dos movimentos sociais tem centralidade.

Pode-se afirmar que os conceitos de movimentos sociais e redes constituem-se numa importante chave analítica para a compreensão das novas configurações dos movimentos sociais no século XXI, desvelando novas articulações, formas organizativas e de comunicação que ultrapassam fronteiras físicas, culturais, de tempo e espaço. As relações que se estabelecem entre os diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, bem como as relações desses agrupamentos com o Estado e com os partidos políticos ganham novos contornos e significados, que devem ser desvelados e compreendidos em profundidade pelos estudiosos desses sujeitos sociopolíticos.

Recebido em 6/12/2011 ■ Aprovado em 20/12/2011

Referências bibliográficas

- BARNES, J. A. Redes sociais e processos políticos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global, 1987.
- COHEN, Jean L. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. *Dados: revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 419-459, 2003.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. *Cadernos Abess*. São Paulo, n. 4, 1991.
- DOIMO, Ana Maria. Movimentos sociais e participação política: a problemática contemporânea da ação direta. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 17., *Anais...*, Caxambu, 1993.
- NADEL, S. F. *The theory of social structure*. London: Cohen & West, 1957.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Structure and function in primitive society*. London: Cohen & West, 1952.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *As tensões da modernidade*. Disponível em: <www.forumsocialmundial.org.br/>. Acesso em: 22 mar. 2004.

TOURAINÉ, Alain. Rencontre avec Alain Touraine. Entretien avec Jean-François Dortier et Patrick Maret. *Mensuel*, n. 42, août, 1994b. Disponível em: <<http://www.ac-corse.fr/disciplines/vscienceseco/Atour1.html>>. Acesso em: 25 maio 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. Metodologia de redes no estudo de ações coletivas e movimentos sociais. In: _____. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 21-30.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2011.

_____. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: SILVEIRA, R. L. L.; DIAS, L. C. (Orgs.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007. p. 20-50.

_____. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

_____. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 18-27, jan./abr. 2010.

_____. Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. (Orgs.). *Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.